

A sociedade secreta

■ Bisol denuncia existência de um governo paralelo

PORTO ALEGRE — O senador José Paulo Bisol (PSB-RS) denunciou ontem que as investigações da CPI do Orçamento e os documentos apreendidos pela Polícia Federal levam à conclusão da "existência de um governo paralelo, uma sociedade secreta" que envolve não só parlamentares, mas inúmeros políticos, altos funcionários federais e, especialmente, empresários. Essa sociedade secreta dividiu o país por regiões, apropriando-se dos recursos e bens brasileiros em acordos sigilosos, e atinge outras áreas, e não apenas as das empreiteiras.

As acusações, feitas em entrevista telefônica à Rádio Guaíba de Porto Alegre, falando de Brasília, incluem na área de grandes obras de construção "o acerto antecipado entre empresários sobre quem irá vencer as licitações e que a empresa vencedora faz a obra não só para si, mas para todas as sócias", numa espécie de consórcio que domina todo o setor de obras do país. "É uma coisa quase inacreditável. Os políticos de esquerda há mais de 10 anos vinham denunciando que o Estado brasileiro tinha sido apropriado por parte da classe dominante, o que os documentos apreendidos estão agora confirmando".

Bisol confessou seu temor do que pode acontecer ao país e que as investigações da CPI do Orçamento "podem se transformar num dos problemas mais graves da República brasileira", diante da existência dessa sociedade secreta, desenhada através de documentos apreendidos pela Polícia Federal. "A análise dos documentos permite a conclusão, a se confirmar, que essa sociedade secreta dominava completamente não só o Congresso Nacional, como as principais dimensões do poder político brasileiro. Era o verdadeiro e concretíssimo poder invisível. E posso dizer que está praticamente confirmada a existência dessa sociedade secreta".

Ao reiterar que existe o envolvimento de pelo menos 100 parlamentares nessa sociedade secreta e no esquema de poder político, Bisol apontou a existência de três categorias de políticos-clientes dessa sociedade: "Os políticos que recebiam percentuais pelas obras; os parlamentares que não exigem contribuições adicionais, mas exigem recursos como garantia de campanha eleitoral; e um terceiro grupo, que tem uma identidade ideológica com a sociedade secreta, não são comprados mas recebem grandes presentes e acabam sendo ajudados nas campanhas."